
AINDA A REGIONALIZAÇÃO DA NATO

O presente artigo resulta de um trabalho de investigação do autor, elaborado na sua qualidade de Conferencista e Colaborador do Instituto da Defesa Nacional.

Sumário:

Portugal não é um país apenas ibérico, é também atlântico, e o mais atlântico da Europa, pelas suas especiais Geografia e História. A sua inserção geográfica na Aliança Atlântica, e o papel funcional que foi reconhecido ao seu território na Guerra Fria e na II Guerra Mundial, no Atlântico Norte, atesta-o bem. Por outro lado, a Espanha tem expressão territorial mais continental e mais mediterrânica, do que decorre a importância que ela, correctamente, atribui ao eixo estratégico Baleares-Estreito de Gibraltar-Canárias. Daí que, para preservar o que de melhor a NATO tem, que é a promoção de confiança e de solidariedade entre os seus membros – que são vitais para as suas imprescindíveis aceitabilidade e coesão – se não deva aceitar impensadamente a ideia de que a chamada área ibero-atlântica é uma unidade estratégica indivisível.

AINDA A REGIONALIZAÇÃO DA NATO

No que porventura mais interessa, a regionalização da NATO visará, entre outras coisas, criar comandos operacionais europeus capazes de gerir crises de âmbito regional – não global – com recurso apenas a forças militares suas, mas podendo contar com apoio de infra-estruturas dos EUA, nomeadamente de «inteligência», de comunicações, logísticas, etc. O que poderá ter como explicação, entre outras, um propósito de não envolver directamente a superpotência líder da Aliança em conflitos regionais, como os do Norte de África que, por poderem ter repercussões inconvenientes quanto a outras partes do Globo onde o Islão está também presente, inclusivé nos EUA, possam eventualmente complicar a defesa de interesses norte-americanos e dos seus aliados e amigos noutras paragens.

O projecto, ainda em discussão, tem para já, como ponto fraco, para além de relembrar a propensão neo-isolacionista dos EUA, poder dar azo a movimentações neo-hegemonistas de potências europeias com histórica propensão para pensar que o seu interesse se confunde com o da Europa, ou da sua região. O que está bem caracterizado no célebre desabafo de Bismark, o qual se dizia farto de estadistas europeus que, quando se não sentiam à vontade para defender às claras os interesses do seu país à custa dos interesses doutros, falavam em nome da Europa.

Para além do referido, os países europeus terão dificuldades, como tem sido patente em algumas ocasiões, em estar solidários em questões tão importantes como as seguintes:

- do Médio Oriente, em que a actual presidência italiana da União Europeia já criticou a França pela sua iniciativa isolada (inclusive em confrontação com os EUA), quanto à grave crise em curso no Libano, que tem repercussões sérias quanto ao avanço do processo de pacificação em curso na explosiva região;
- do estatuto dos territórios de Gibraltar, de Ceuta e Melilla;

- do conflito do Mar Egeu, e outros em curso entre os desavindos aliados Grécia e Turquia, com repercussões possíveis quanto ao futuro posicionamento da última quanto ao Ocidente.

Como é sabido, o geopolitólogo norte-americano Spykman (cujo pensamento continua presente na Grande Estratégia dos EUA), defendeu a tese de que a situação mundial tenderia a ser muito influenciada pelas relações da «central» América do Norte com as margens atlântica e pacífica do Continente Euro-Asiático; e também a de que o núcleo forte – o da maior confiança – duma comunidade de defesa transatlântica, que ele preconizava, seria o eixo EUA-Inglaterra. E a verdade é que o que acaba de passar-se com o novo acordo estratégico dos EUA com o também insular (e simétrico) Japão, em que a este se pede para se empenhar mais na segurança da Ásia-Pacífico ao lado dos EUA, do que apenas na sua própria, como se fora uma Inglaterra do Pacífico, parece constituir aplicação prática das supracitadas teses.

Será também de ter presente, em face do que está ocorrendo quanto à evolução da NATO, a tese do geopolitólogo francês Célérier de que os países ribeirinhos com posição geoestrategicamente importante, situados no caminho para o mar de vizinhos mais poderosos, tenderiam a ter sérios problemas de soberania quanto a eles.

Tal tese parece comprovar-se no caso da Ucrânia quanto a uma Rússia que precisa de livre acesso ao Mar Negro, ao Mediterrâneo e ao Índico para as suas ligações com o seu importante litoral do pacífico, uma rota que passa por constituir um «terceiro trans-siberiano» russo. E explicará por que países como a Dinamarca e o Canadá, que têm fronteira apenas com um país, respectivamente Alemanha e EUA, que são seus parceiros na NATO, tenham ambos como sua primeira prioridade de defesa a soberania. O Canadá, por reacção a uma pretensão dos EUA de passar a vigiar, com presença naval e aérea, o mar canadiano, alegadamente por dele poderem partir ataques de submarinos lança-mísseis contra o território de ambos, a que os canadianos ripostaram com o conceito «Defense Against Help». E a Dinamarca foi mesmo ao ponto de conseguir inscrever no Tratado Maastricht uma cláusula proibindo a estrangeiros a aquisição de casa própria no seu litoral, o da afirmação das suas identidade nacional e individualidade política, e da sua ligação íntima aos seus congéneres escandinavos, que se esforça muito naturalmente por preservar.

Acrescente-se que continua a ser suficientemente problemático conseguir-se que o manto de retalhos que a Europa é, seja capaz de chegar a consenso suficiente quanto a política externa e de defesa comuns, a curto, ou mesmo a

médio prazo. E o receio de crescente desinteresse que os EUA dão a ideia de ter quanto à continuidade da sua presença militar na Europa (que alguns querem já ver precisamente no projecto de regionalização da NATO, apesar de desmentidos que correm o risco de lembrar o conhecido ditado de que não há nada tão esclarecedor como bons desmentidos), mas tenderá a acentuar desconfianças e dificuldades quanto à brevidade a efectiva consecução dum projecto de união europeia.

Um recente artigo do general espanhol Pardo de Santayana, publicado na revista «Política Exterior» (n.º 49, de Jan/Fev de 1996), do qual tivemos conhecimento já depois de publicado o nosso artigo «Da Regionalização de Portugal e da NATO» no n.º 77 (Jan/Mar de 1996) da revista «Nação e Defesa», parece um bom aproveitamento de ventos ou marés favoráveis por quem sabe muito bem para que porto quer ir. Ventos e marés esses decorrentes das recentes propostas francesa e espanhola, concordantes com a de alguns anos atrás da Administração Bush, a Declaração Transatlântica, de 22 de Novembro de 1990⁽¹⁾, na qual se propôs a institucionalização dum quadro de consulta e cooperação entre a Comunidade Europeia e os EUA, onde ficou prometido um diálogo permanente em que não haveria separação dos assuntos económicos, políticos e de segurança. Aproveitamento também pelo actual Chefe do Governo de Madrid que, ainda na sua campanha eleitoral, prometeu fomentar «relações, íntimas, muito íntimas», com os EUA⁽²⁾.

Entre outras coisas, o supracitado general (que foi representante militar da Espanha na NATO, e Chefe do Estado-Maior conjunto das Forças Armadas do seu país) escreveu no artigo referido:

- «A divisão da Ibéria entre as duas nações [peninsulares]... passou a ter uma importância relativa desde o momento em que a Espanha e Portugal são duas nações unidas... não só parte de uma aliança... como integradas na União Europeia, uma entidade supranacional... [pelo que] agora se pode considerar a Península Ibérica como uma unidade estratégica, vencendo as reticências de algumas teorias portuguesas que realçam o aspecto marítimo atlântico do seu país, como se a Espanha o não tivesse também».

(1) Livro «O Lugar da Europa e de Portugal no Mundo», p. 100, do autor.

(2) Jornal «I. Herald Tribune», de 7.2.96, p. 5.

Não se pode contestar que a Espanha tenha também o aspecto marítimo atlântico referido. Apenas se lembra e se realça que, enquanto ela tem fachada simultaneamente para o Atlântico e para o Mediterrâneo, sendo esta fachada até bastante mais extensa do que aquela, Portugal é exclusivamente atlântico, é o mais atlântico de todos os países europeus e, para além da sua pronunciada excentricidade, projecta-se ainda, e profundamente, para o Atlântico Norte pelos importantes arquipélagos da Madeira e dos Açores. Principalmente por estes. Por outro lado, a Espanha não tem a sobrevivência das suas identidade de nação e individualidade de país dependente do arquipélago das Canárias, o mesmo já não se podendo garantir quanto a Portugal (que teve de se fazer mais euro-atlântico do que ibérico para sobreviver independente), nem tem nada de tão valioso para oferecer como elo de ligação da Comunidade Transatlântica como os Açores. Açores esses que, por isso mesmo, costumam ser considerados, tanto por norte-americanos como por espanhóis e franceses (ver fig. 1) como estando situados em áreas de interesse estratégico da América do Norte, fazendo lembrar que Portugal euro-atlântico, quase-arquipelágico, não só pode ser considerado elemento da defesa da América do Norte e da Europa, como ainda comprova a supracitada tese de Célérier, quanto a seus vizinhos e aliados dos dois lados do Atlântico Norte.

Para Portugal o caso é, pois, bem diferente do da Espanha, uma vez que, como bem o reconheceu o ilustre e insuspeito pensador espanhol Míquel de Unamuno, «o que faz Portugal é o mar», confirmando a opinião do geopolitólogo do sec. X que ficou para a História com o nome de Mouro Razis, de que seriam possíveis duas Espanhas na Península Ibérica, uma ao sol nascente, outra ao sol poente, esta ao correr dos rios e das chuvas. Mar esse em que Unamuno não incluiu, obviamente, nem o resto da Península Ibérica, nem o Mediterrâneo que Portugal curto-circuitou, desvalorizou e empobreceu, ao abrir a Rota do Cabo na era dos seus descobrimentos.

Portugal é assim uma entidade geopolítica quase-arquipelágica, euro-atlântica, única, bem definida, a mais atlântica, e a única exclusivamente atlântica da Europa. O que foi bem reconhecido pela NATO, ao preferi-lo, entre os dois países distintos que coabitam a Península Ibérica, para seu membro fundador, e também ao inseri-lo (a ele apenas, entre todos os países europeus) na área operacional do Comando Supremo do Atlântico Norte (SACLANT), que tem como missão principal fazer passar o apoio da América do Norte à Europa, por mar, em caso de guerra mundial. O que aliás já tinha praticamente acontecido durante a guerra de 1939/45, em que a utilização pelos aliados atlânticos duma base aérea do arquipélago dos

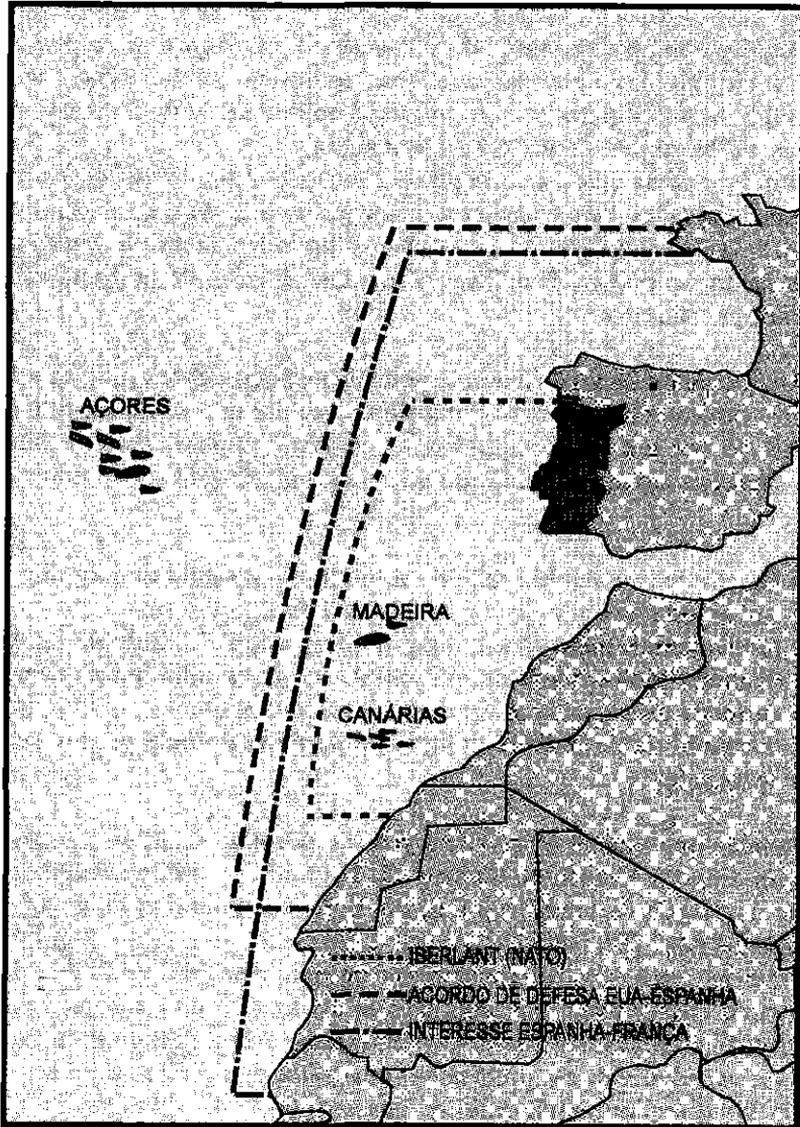


Fig. 1(*)

(*) Inspirada em elementos de documento oficial do CESEDEN (Espanha) de 1983

Açores foi contributo indispensável para a sua vitória na Batalha do Atlântico, que foi por seu turno decisiva para o seu triunfo também em terra, só possível pela passagem de suficiente apoio em combustíveis, víveres e material bélico à Inglaterra, e pela realização dos também decisivos desembarques no Norte de África e na Normandia.

Diríamos ainda que aos portugueses cabe todo o direito de tirar partido das suas especificidades. Nomeadamente, como é o caso, quando a História comprova não haver necessidade de assim não se proceder, inclusive quando, fazer doutro modo, sé poderia beneficiar a Espanha, à custa de potencialidades de território que não é seu.

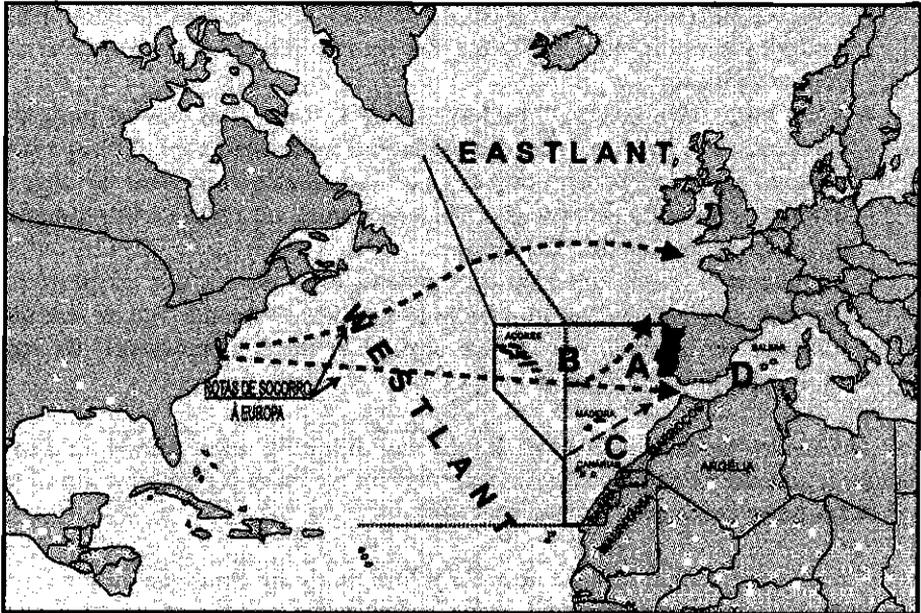
Aliás, o pensamento do autor do polémico e interessante artigo da «Política Exterior» em questão parece não ser unânime em Espanha, a ajuizar pelo que foi manifestado por um seu compatriota em reunião informal no CINCIBERLANT, como referimos em artigo publicado na revista «Nação e Defesa» atrás mencionado:

- «no Sudoeste da Europa há duas áreas geoestratégicas diferentes, ambas da mais alta importância, mantendo o elo transatlântico a sua fundamental importância para a segurança da Europa; embora a Espanha tenha interesse em ambas as áreas, não as vê como uma entidade única, dada a diferença dos riscos respectivos; a estrutura do comando da Área Ibero-atlântica é uma experiência positiva e muito apreciada».

Opinião que está de acordo com posição por nós assumida há mais de 16 anos, em artigo publicado no número 13, Jan/Mar de 1980, da revista «Nação e Defesa» (fig.2); e também no nosso livro «A Importância do Mar para Portugal», a pág. 117.

Trata-se duma solução conveniente porque, além de respeitar interesses estratégicos indiscutíveis dos dois passes ibéricos (o da Espanha quanto ao importante eixo Baleares-Estreito-Canárias) tem ainda para Portugal a vantagem de não se ver envolvido em problemas que não lhe dizem respeito directo, como possam vir a ser, eventualmente, os dos territórios de Gibraltar, de Ceuta e Melilla.

Quanto ao assunto unidade estratégica de penínsulas, não resistimos a lembrar, como um exemplo que demonstra o contrário (para além do caso



- Limite actual das Áreas NATO
- - - Limite preconizado para as Áreas NATO
- - - - Separação das Sub - Áreas preconizadas
- A** Actual IBERLANT
- B** Sub-área de vocação "euro - atlântica"
- C + D** Sub - área de vocação "euro - afro mediterrânica"

Fig. 2
REORGANIZAÇÃO POSSÍVEL DA ÁREA «IBERLANT»

dramático dos Balcãs, e o nascente da Itália) da Escandinávia durante a chamada Guerra Fria:

- a Finlândia, com extensa fronteira com a URSS, combateu valentemente, para preservar a sua independência e a sua soberania possível, ameaçadas pela histórica propensão do seu poderoso vizinho para conseguir acesso mais fácil ao Báltico e ao Atlântico;

- a Suécia, já um pouco mais afastada da URSS, pôde assumir-se como país neutral, embora fazendo saber que, em caso de guerra Leste-Oeste, estaria com o Ocidente;
- a Noruega, mais atlântica, preferiu aderir à NATO; mas não ao projecto europeu, entre outras coisas, declaradamente, para não pôr em risco a sua especial identidade, decorrente da sua característica intimidade terra-mar, que lhe é conferida pelos seus profundos fiordes, e pela sua muito extensa e rica Zona Económica Exclusiva;
- a Dinamarca, essa, entendeu que poderia estar na NATO e no projecto europeu, o que a não tem impedido de ter comportamento dito de «enfant terrible» em ambos, em defesa perfeitamente compreensível, da sua soberania, que tanto preza.

De notar, ainda, que foi na época de Filipe II, que veio a unificar temporariamente a Península Ibérica, que «a união entre a Dinamarca, a Suécia e a Noruega se principiou a desagregar»⁽¹⁾.

Como temos vindo a sustentar, nomeadamente no atrás citado livro «A Importância do Mar para Portugal», somos, como o historiador Jaime Cortesão («História dos Descobrimentos Portugueses», Cap.I) por uma afirmação positiva de Portugal para o lado do Atlântico, e contra afirmações negativas do tipo de pôr castelos e outras barreiras na fronteira com o país vizinho que, inclusivamente, é agora parceiro de Portugal na NATO e na União Europeia. Mas, por isso mesmo, lembramos que, como o Prof. Jorge Borges de Macedo ensinou nas suas magníficas séries de conferências preferidas aos cursos do Instituto Superior Naval de Guerra (onde fui seu atento auditor), Portugal não pode dar-se ao luxo de ter na sua fronteira marítima, que é a da afirmação positiva das suas identidade de nação e individualidade de país, o mesmo vizinho que já tem, totalmente, na sua fronteira terrestre, porque tal situação, segundo ele, seria de bloqueio estratégico.

O que está em causa na chamada regionalização da NATO, no que mais pode tocar a Portugal, é a possível gestão de eventuais crises na região euro-mediterrânica, e não no Atlântico Norte, que, continua a ter, como interesse bem claro e distinto, a passagem de reforço norte americano à Europa em eventualidade de guerra global. Pelo que não é de misturar coisas dificilmente

(1) Prof. Doutor M. Marques Guedes («Direito do Mar»), p. 12)

miscíveis. Principalmente porque os comandos operacionais da NATO devem servir também para promover a confiança e a solidariedade entre os seus diferenciados membros, e não para dar azo a tentativas de realização de objectivos historicamente recusados, em nome da segurança colectiva, regional ou global. Tais comandos, em caso de guerra global, tenderão a ver limitado o seu papel, dada a necessidade de não se criarem entraves à mobilidade e à liberdade de acção das forças navais da superpotência marítima, que é seu natural e indiscutido líder.

Duma simples reflexão quanto à Fig. 1, e também quanto à corrida ao Atlântico a que se lançaram subitamente a França e a Espanha, ambas historicamente algo hesitantes entre mais mar e mais terra (o que as tem levado a estar na NATO, mas fora da sua estrutura militar), se pode ter ideia dos problemas que poderão acontecer a Portugal, tendo em atenção o que Célérier previu.

Para não ir mais longe, o problema de possível tentativa de «apropriação» de poder negocial de Portugal, que decorre de o seu geofactor constituir elo privilegiado de ligação íntima entre as duas margens do Atlântico Norte. E, também, o de poder ficar mais sensível a autêntica fronteira que «passa» entre as áreas de interesse estratégico bem visíveis na mesma figura, com algum risco para a solidariedade interterritorial do descontínuo Portugal que precisa de ser quase-arquipelágico e euro-atlântico, para se afirmar. Riscos esses a juntar a esquemas de regionalização do Continente português que não enxerguem integração económica e cultural europeia para além dos Pirinéus, fundamentada em certezas, não credíveis por ora, de que vai haver mesmo uma Europa das Regiões, e a breve prazo.

Riscos esses de que, a virem a descambar em ameaças, só aos Portugueses caberia a culpa, na medida em que parece correcta a tese, que se julga ter origem francesa, que «os países são tanto mais ameaçáveis quanto mais vulneráveis se mostrarem». Vulneráveis, por exemplo, às ideias de que, afinal, em política, na Europa e na Península poderá também haver lugar para amigos, não apenas para interesses, e de que o interesse nacional está a ser substituído pelo europeu. E, ainda, como se alertou no artigo «Da Regionalização de Portugal e da NATO» atrás referido, vulneráveis quanto à cultura estratégica (nomeadamente quanto à necessidade vital, historicamente reconhecida, de Portugal não se deixar substituir pela Espanha quanto a relacionamento privilegiado com a potência que controla os mares, particularmente o Atlântico Norte) e a defesa militar vocacionada para a preservação da soberania no geofactor nacional. Defesa militar essa que, obrigando a ter material e pessoal ao nível qualitativo dos

países aliados, embora em quantidade apenas suficiente, pode funcionar também como dissuasão, sem o inconveniente político de invocar ameaças que, além disso, são difíceis de explicar à opinião pública nacional. Defesa militar que, assim, pode funcionar também como «centro de excelência» (expressão do actual Primeiro Ministro português, utilizada a propósito das novas fragatas – D.Notícias, 25 de Maio de 1996) por ter repercussões positivas quanto a acompanhamento do desenvolvimento científico-tecnológico pelo País, não deve ser vista apenas como despesa mas, também, como investimento conveniente.

Virgílio de Carvalho

27 de Maio de 1996